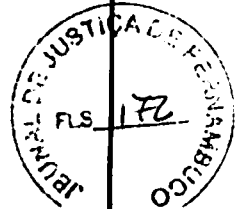




**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**



**Apelação Criminal nº:** 0300544-3  
**Comarca Origem:** Vara Criminal da Comarca de Arcoverde  
**Apelante:** Gleyson Anderson da Silva  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça**  
**(convocada):** Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FALTA DE PROVA DA TRAFICÂNCIA. ABSOLVIÇÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. REDUÇÃO DA PENA EM FACE DAS ATENUANTES DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E DA MENORIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 231 DO STJ. EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA. INCABÍVEL. OBRIGATORIEDADE LEGAL. IMPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Autoria devidamente demonstrada pelo depoimento das testemunhas e pela confissão, em juízo, do acusado. Inclusive, ressaltando que não é usuário.
2. Incabível a redução da pena em face da menoridade e da confissão espontânea, tendo em vista o disposto na súmula 231 do STJ, "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal permitido".
3. O pedido de isenção da pena de multa não pode ser acolhido, tendo em vista a obrigatoriedade da sua aplicação, podendo ser reavaliada em sede de execução.
4. À unanimidade, negou-se provimento ao apelo, mantendo a sentença em todos os seus termos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação criminal nº 0300544-3, em que figuram, como apelante, **Gleyson Anderson da Silvar** e, como apelado, o Ministério Público Estadual, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em negar provimento ao presente apelo, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 02 de 10 de 2013.

**Des. Mauro Alencar de Barros**

**Relator**

ROSA 0300544-3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

166

**Apelação Criminal nº:** 0300544-3

**Comarca Origem:** Vara Criminal da Comarca de Arcoverde

**Apelante:** Gleyson Anderson da Silva

**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros

**Procuradora de Justiça (convocada):** Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**RELATÓRIO**

Cuida-se de apelação criminal interposta tempestivamente por Gleyson Anderson da Silva, contra a sentença prolatada pelo Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Arcoverde (fls.116 a 121), que o condenou pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-lhe a pena definitiva de 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Extraí-se da exordial acusatória que no dia 16 de abril de 2012, por volta das 22:00 hs, Policiais Militares realizavam rondas, quando foram informados que estariam traficando drogas na Rua Félix de Paiva, bairro de São Cristovão, neste Município.

No local, os Policiais abordaram o ora denunciado que estava juntamente com mais três pessoas, dentre elas dois adolescentes. Realizada uma busca minuciosa no local, foram localizadas, em um recipiente plástico, mais 38 (trinta e oito) pedras de "crack", também envoltas em papel de alumínio, instante em que o ora acusado confessou que a "droga" era mesmo

*Mf*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

167  
2

dele e que a havia adquirido do adolescente Lídio, tendo vendido duas das pedras do entorpecente pela quantia de R\$ 10,00 (dez) reais cada.

Inconformada, a defesa interpôs o presente recurso de apelação (fls.137/143) **pleiteando a absolvição, vez que o apelante é usuário de drogas, e não foi encontrado nenhuma substância com o recorrente, se assim não for entendido, pugnando pela redução da pena tendo em vista a confissão espontânea e a menoridade de 21 anos, bem como a exclusão da pena de multa, tendo em vista a condição econômica do apelante.**

O Ministério Público, em contrarrazões (fls.144/147), defende o não provimento do recurso.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça (fls. 158/163), opinando pelo improvimento do apelo, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

É o sucinto Relatório.

A douta Revisão.

Recife, 07 de Maio de 2013

  
Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*



**Apelação Criminal nº:** 0300544-3

**Comarca Origem:** Vara Criminal da Comarca de Arcoverde

**Apelante:** Gleyson Anderson da Silva

**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros

**Procuradora de Justiça (convocada) :** Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO DO RELATOR**

Pretende a defesa no presente recurso a absolvição do apelante, vez que não foi encontrado em posse de nenhuma substância ilícita, se assim não for atendido à aplicação das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade de 21 anos, bem como a exclusão da pena de multa, tendo em vista a condição econômica do apelante.

Segundo consta da peça atrial, o acusado foi preso em flagrante, tendo escondido em um recipiente plástico 38 (trinta e oito) pedras de "crack".

Da análise dos autos, verifica-se que a materialidade do delito resta comprovada pelo Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 49, pelo Laudo de Exame de Constatação Preliminar de fl. 54 e pelo Laudo Pericial em matéria vegetal de fls. 103, que comprovam que o material apreendido se trata da substância conhecida como crack.

No que concerne à autoria do crime de tráfico, entendo que esta também restou devidamente comprovada nos autos, pelo depoimento das

My



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



testemunhas, e pelo próprio depoimento do acusado que admitiu em juízo que a droga era de sua propriedade, conforme interrogatório de fls.96

"... que é verdadeira a imputação que lhe é feita; que as 38 pedras de crack eram de sua propriedade; que estavam dentro de um recipiente plástico; que comprou as pedras por R\$ 10,00; que adquiriu a droga de Lídio; que adquiriu a droga por R\$300,00; que vendia cada pedra a R\$ 10,00; que não é usuário de crack; que já havia vendido duas pedras de crack naquele dia."

Sendo assim, inconteste a autoria da traficância.

Quando a alegação de que o recorrente é usuário de drogas, vale salientar que não há nos autos nenhuma prova do alegado, e ainda que existisse, é de se esclarecer que uma conduta não exclui a outra, podendo ser o apelante tanto usuário como traficante.

Ademais, insta salientar que o crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 é de ação múltipla ou de conteúdo variado, pois apresenta várias formas de violação da mesma proibição, bastando, para a consumação do crime, a realização de uma das ações descritas no tipo penal, sendo desnecessário para a caracterização do crime de tráfico, consoante prevê a jurisprudência, a efetiva prática dos atos de comércio, mesmo porque se trata de um crime cometido às escondidas, na clandestinidade, e cuja consumação pode, inclusive, ser efetivada mediante o fornecimento gratuito da droga.

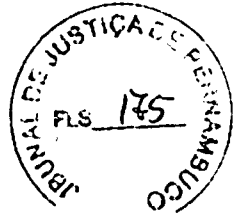
Dispõe a nova Lei de Tóxicos:

*Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5*

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



(cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Quanto ao pleito de redução da pena, fixada em 05 anos de reclusão, em face da menoridade e da confissão espontânea, observo restar impossível a aplicação das feridas atenuantes, tendo em vista o que dispõe a **Súmula 231, do STJ, "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal permitido"**.

Inclusive, na sentença guerreada, o MM Juiz de primeiro grau reconheceu as referidas atenuantes, mas deixou de atenuar por respeito à Súmula 231 (fl.120).

Quanto ao pleito da isenção da pena de multa, observo não merecer reparos, considerando os ditames legais estabelecidos no art.33 da Lei 11.343/06, "Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa".

Vale ressaltar, inclusive, que a pena de multa, assim como a pena de restrição de liberdade se encontram no patamar mínimo estabelecido pela Lei de Drogas, em seu art.33.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE ROUBO. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO. CONCURSO ENTRE REINCIDÊNCIA E CONFISSÃO ESPONTÂNEA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA NESTA CORTE POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO ERESP N.º 1.154.752/RS. RÉU REINCIDENTE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. REGIME INICIAL FECHADO. IMPROPRIEDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 269 DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. **O pedido de revogação da pena pecuniária não pode ser acolhido, tendo em vista a obrigatoriedade de sua aplicação cominada cumulativamente ao delito, porém, a isenção pode ser avallada em sede de execução, quando o estado de pobreza do Agravante será estimado, adequando-se o valor da pena às suas condições financeiras** 2. A Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, após o julgamento do EResp n.º 1.154.752/RS, pacificou o

My



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*



entendimento no sentido da inexistência de preponderância entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, a teor do art. 67 do Código Penal, pelo que é cabível a compensação dessas circunstâncias. 3. Agravo regimental parcialmente provido para reformar o acórdão impugnado, tão somente no tocante à dosimetria da pena, reduzindo a reprimenda do Agravante, e fixando em seu mínimo estabelecido em lei, qual seja 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, bem como estabelecer o regime semiaberto para o inicial cumprimento da pena reclusiva imposta ao Condenado. (AgRg no AREsp 152.151/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 12/03/2013)

Nesta esteira, conforme o parecer da douta Procuradoria, nego provimento ao presente apelo, mantendo a sentença guerreada em todos os seus termos.

Recife, 02 de Maio<sup>10</sup> de 2013.

  
Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



**RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 300544-3**

Apelante: Gleyson Anderson da Silva

Advogado: Dr. Tércio Soares Belarmino

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Comarca de ArcoVerde – Vara Criminal (processo nº 0001512-72.2012.8.17.0220)

Procuradora de Justiça: Drª Maria Tereza de Oliveira e Silva

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Revisor: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

Senhor Presidente,  
Senhor (a) Desembargador (a),  
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça:

**VOTO DO REVISOR**

O réu **Gleyson Anderson da Silva**, ora apelante, foi condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do crime de tráfico ilegal de droga (art. 33 da Lei 11.343/2006), a ser cumprida inicialmente em regime fechado (fls. 116 a 121).

De acordo com a denúncia, no dia 16/04/2012, por volta das 22:20h, na Rua Félix de Paiva, Bairro de São Cristóvão, na cidade de Arcoverde, o denunciado foi preso em flagrante quando traficava droga, na companhia de três pessoas, dentre elas dois adolescentes. A peça acusatória assim continua a narrar o fato (fl. 3):

"(...)Realizada uma busca minuciosa no local, foram localizadas em um recipiente plástico, mais 38 (trinta e oito) pedras de "CRACK", também envoltas em papel alumínio, instante em que o ora acusado confessou que a "droga" era do mesmo e que a havia adquirido do adolescente Lídio, tendo vendido duas das pedras do entorpecente pela quantia de R\$ 10,00 (dez reais) cada.

O adolescente mencionado, que foi apreendido, disse que adquiriu a substância ilícita no Município de Buíque pelo valor de R\$ 100,00 (cem reais), transformou em quarenta pedras e as vendeu ao denunciado destes autos pela quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Ressalta-se que há notícias de que o acusado e o menor apreendido traficavam drogas na localidade, inclusive sequer moravam na Rua Félix de Paiva, só estando no endereço com o objetivo de vender substâncias ilícitas..."

A materialidade e a autoria ficaram comprovadas nos autos, sem que o réu as contestasse. Com efeito, ele confessou ter praticado o delito, exatamente como

socfins



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



narrado na denúncia, e em consonância com os demais elementos de prova (fls. 49, 54, 103, 95 e 96).

Entretanto, em seu recurso, o réu pleiteia sua absolvição, alegando ser apenas viciado em droga, e não traficante. Tal condição levaria à desclassificação do delito de tráfico de droga para o de consumo pessoal, previsto no art. 28 da Lei 11.343/2006. Sucessivamente, requer a aplicação das atenuantes da confissão espontânea (art. 65, inciso III, alínea "d", do CPB) e da menoridade penal relativa (art. 65, inciso I, do CPB), além da isenção da pena de multa.

A desclassificação pretendida é totalmente ineficaz, uma vez que as razões apresentadas pelo recorrente, em sede de apelação (fls. 138 a 143), vão de encontro à prova produzida nos autos, incluindo a sua própria confissão judicial (fl. 96)

Além disso, o recorrente não se desincumbiu de apresentar nenhuma prova, por pequena que fosse, de que realmente seria dependente químico de *crack*.

Quanto à dosimetria, a juíza sentenciante seguiu à risca o critério trifásico estabelecido no art. 68 do CPB, que assim dispõe:

**Art. 68** – A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do Art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento.

Ora, ao analisar os vetores do art. 59 do CPB, a magistrada concluiu que não havia **nenhuma** circunstância desfavorável ao réu, pelo que fixou a pena-base no mínimo legal.

Na segunda fase da dosimetria, a juíza sentenciante constatou, sim, a presença das atenuantes da menoridade penal relativa (art. 65, inciso I, do CPB) e da confissão espontânea (art. 65, inciso III, alínea "d", do CPB), ora reivindicadas pelo recorrente.

Ocorre, porém, que, como a pena já havia sido fixada no mínimo legal, não podia a magistrada reduzi-la abaixo desse patamar, conforme entendimento jurisprudencial pátrio, já sumulado pelo STJ, *in litteris*:

**Súmula 231** – A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

Destarte, na segunda fase da dosimetria, a juíza manteve o *quantum* mínimo de 5 (cinco) anos de reclusão, que foi tornado definitivo, por não existirem causas de aumento e de diminuição da pena. Da mesma forma, *mutatis mutandis*, a magistrada procedeu com relação à pena pecuniária, para estabelecê-la, como definitiva, em 500 (quinhentos) dias-multa.

Por fim, relativamente à sanção pecuniária, esclareço que não existe previsão legal para a isenção do pagamento da multa, embora seja possível ao



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antonio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax) 3419.3743.



apenado pleiteá-la na fase executória da pena.

Tal é o entendimento do STJ:

"3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, cominada a pena de multa ao delito, a sua imposição ao agente é de caráter necessário, haja vista cuidar-se de sanção penal, não sendo possível a isenção da pena de multa ante a inexistência de previsão legal. 4. Eventual isenção somente poderá ser concedida pelo Juízo da Execução, que deverá avaliar a miserabilidade jurídica do sentenciado, examinando as condições sócio-econômicas para o pagamento da multa sem prejuízo para seu sustento e de sua família. 5. Recurso provido, em parte, para restabelecer a sentença no que concerne à aplicação da pena de multa." (REsp 735.898/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2009, DJe 13/10/2009).

Por todo o exposto, e de inteiro acordo com o parecer da ilustre Procuradora de Justiça, **nego provimento** ao apelo, mantendo a sentença impugnada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,                      de                      de 2013.

**Antonio Carlos Alves da Silva,**  
Desembargador Revisor